



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

entre

MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.
como Emissora

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
como Agente Fiduciário, representando a comunidade de Debenturistas

e

TRANS-RETA LOGÍSTICA E LOCAÇÃO DE GUINDASTE S.A.
como Garantidora

Datado de
19 de setembro de 2013



a

ÍNDICE

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS.....	5
CLÁUSULA SEGUNDA – DOS REQUISITOS	5
CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO.....	7
CLÁUSULA QUARTA – DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	9
CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA	31
CLÁUSULA SEXTA – DO AGENTE FIDUCIÁRIO	38
CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS.....	47
CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA.....	49
CLÁUSULA NONA – DAS NOTIFICAÇÕES.....	52
CLÁUSULA DEZ – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	54
CLÁUSULA ONZE – DO FORO	55



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

Pelo presente instrumento particular, de um lado:

(a) **MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("**CVM**"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500 – Bloco 19 – sala 202, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("**CNPJ/MF**") sob o nº 07.340.605/0001-70, com seus atos constitutivos devidamente registrados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("**JUCERJA**") sob o NIRE nº 33.3.0030392-8, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Emissora**" ou "**Companhia**"); e

de outro lado, na qualidade de agente fiduciário, representando os interesses da comunhão dos titulares das debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, da 1ª (primeira) emissão da Companhia ("**Debenturistas**", "**Debêntures**" e "**Emissão**", respectivamente");

(b) **PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, instituição financeira, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCERJA sob o NIRE nº 33.3.00014373, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Agente Fiduciário**");

e, ainda, na qualidade de interveniente garantidora,

(c) **TRANS-RETA LOGÍSTICA E LOCAÇÃO DE GUINDASTE S.A.**, sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a CVM, com sede na Cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, na Rodovia Washington Luiz, nº 12441, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 42.202.705/0001-31, com seus atos constitutivos devidamente registrados na JUCERJA sob o NIRE nº 33.3.0030638-2, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("**Transreta**" ou "**Garantidora**");

sendo a Emissora, o Agente Fiduciário e a Garantidora doravante designados, em conjunto, como "**Partes**" e, individual e indistintamente, como "**Parte**", vêm por esta e na melhor forma de



direito celebrar o presente "Instrumento Particular de Escritura da 1ª (primeira) Emissão de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, com Esforços Restritos de Colocação, da Mega Energia Locação e Administração de Bens S.A." ("Escritura de Emissão"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

Os termos aqui iniciados em letra maiúscula, estejam no singular ou no plural, terão o significado a eles atribuído nesta Escritura de Emissão, ainda que posteriormente ao seu uso.



CLÁUSULA PRIMEIRA - DAS AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

1.1. A presente Escritura de Emissão é celebrada de acordo com deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 16 de agosto de 2013 ("AGE") e na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 16 de agosto de 2013 ("RCA"), nas quais foram deliberadas: (a) a aprovação dos termos e condições da Emissão e da Oferta Restrita; e (b) a autorização à diretoria da Companhia para adotar todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão, podendo, inclusive, celebrar aditamentos a esta Escritura de Emissão, tudo em conformidade com o disposto no artigo 59 da Lei n.º 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

CLÁUSULA SEGUNDA - DOS REQUISITOS

A Emissão será realizada em observância aos seguintes requisitos:

2.1. Dispensa de Registro na CVM e na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais

2.1.1. A distribuição pública das Debêntures desta Emissão será realizada nos termos da Instrução da CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, estando, portanto, automaticamente dispensada do registro de distribuição perante a CVM de que trata o artigo 19 da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Oferta Restrita").

2.1.2. A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro na Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do parágrafo primeiro do artigo 25 do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários".

2.2. Arquivamento na JUCERJA e Publicação das Deliberações

2.2.1. As atas da AGE e da RCA que aprovaram a Emissão foram devidamente arquivadas na JUCERJA sob o n.º 00002511202, em 21 de agosto de 2013, e n.º 00002511241, em 21 de agosto de 2013, respectivamente, e serão publicadas (i) no jornal Valor Econômico e (ii) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, em 20 de setembro de 2013, de acordo com o artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações.



2.3. Arquivamento desta Escritura de Emissão

2.3.1. A presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão arquivados na JUCERJA, de acordo com o inciso II e com o parágrafo 3º do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações.

2.3.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original desta Escritura de Emissão e eventuais aditamentos, devidamente registrados na JUCERJA, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.4. Registro para Colocação Primária e Negociação Secundária

2.4.1. As Debêntures serão devidamente registradas para:

(a) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos (“MDA”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados (“CETIP”), sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da CETIP; e

(b) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários (“CETIP21”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.4.2. Não obstante o disposto no item 2.4.1 acima, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição, observado o disposto nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e uma vez verificado o cumprimento, pela Companhia, de suas obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo que a negociação das Debêntures deverá sempre respeitar as disposições legais e regulamentares aplicáveis.

2.5. Registro das Garantias

2.5.1. O registro dos Contratos de Garantia e eventuais aditamentos será realizado nos órgãos competentes nos termos da legislação aplicável, sendo certo que:

(a) o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações será registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro e o ônus constituído por meio desse instrumento sobre as respectivas ações será registrado no Livro de Registro de Ações da Emissora; e



- (b) o Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis será registrado no Cartório de Registro de Títulos e Documentos da Cidade do Rio de Janeiro.

2.6. Aprovação da Garantia Fidejussória

2.6.1. A prestação da garantia fidejussória pela Transreta, nos termos do item 4.17, abaixo, foi aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas da Transreta realizada em 18 de setembro de 2013, cuja ata será devidamente registrada na JUCERJA e publicada (i) no jornal Valor Econômico e (ii) no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("Ata de AGE Transreta").

2.6.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário cópia do protocolo de arquivamento da Ata de AGE Transreta junto à JUCERJA no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da presente data, bem como a enviar cópia da mesma devidamente registrada na JUCERJA, no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de obtenção do referido registro.

2.7. Constituição da Garantia Fidejussória

2.7.1. Em função da garantia fidejussória prestada pela Garantidora nos termos do item 4.17 abaixo, a presente Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, na forma prevista nos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada.

2.7.2. A Emissora compromete-se a enviar ao Agente Fiduciário 1 (uma) via original da Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, devidamente registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos das sedes ou domicílio, conforme o caso, da Emissora, do Agente Fiduciário e da Garantidora, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data de obtenção dos referidos registros.

2.7.3. Caso a Emissora não providencie os registros previstos neste item 2.7., o Agente Fiduciário poderá, nos termos do artigo 62, parágrafo 2º, da Lei das Sociedades por Ações, promover os registros acima previstos, devendo a Emissora arcar com os respectivos custos de tais registros. Os eventuais registros desta Escritura de Emissão efetuados pelo Agente Fiduciário não isentam o descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora, nos termos do item 4.13.2. alínea (a) da Escritura de Emissão.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO



3.1. Objeto Social da Emissora

3.1.1. De acordo com o artigo 3º do seu estatuto social, a Emissora tem como objeto social: "a exploração de franquias e uso de marcas, locação de equipamentos com ou sem operadores, atacadista de peças e equipamentos relativos a manutenção preventiva e corretiva de equipamentos de Gás Natural Veicular (GNV), bem como, a manutenção e a assistência técnica desses equipamentos; serviços e transporte rodoviário de carga, locação de caminhões basculantes e outros com motoristas, inclusive, intermunicipal, interestadual e internacional; carga e descarga; atividades de apoio à extração de minerais, exceto petróleo e gás natural."

3.2. Número da Emissão

3.2.1. A presente Emissão representa a 1ª (primeira) emissão de debêntures da Emissora.

3.3. Valor Total da Emissão

3.3.1. O valor total da Emissão será de até R\$70.000.000,00 (setenta milhões de reais) na Data de Emissão, conforme abaixo definida ("Valor Total da Emissão").

3.4. Séries

3.4.1. A Emissão será realizada em série única.

3.5. Quantidade de Debêntures

3.5.1. Serão emitidas até 7.000 (sete mil) Debêntures.

3.6. Banco Liquidante e Escriturador Mandatário

3.6.1. O banco liquidante da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

3.6.2. O escriturador mandatário das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador Mandatário").

3.7. Destinação de Recursos



11

3.7.1. Os recursos líquidos obtidos pela Emissora por meio da integralização das Debêntures serão destinados conforme segue: (I) para o montante equivalente a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de Reais) (a) aproximadamente R\$25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de Reais) serão destinados ao refinanciamento de dívidas da Emissora; e (b) aproximadamente R\$15.000.000,00 (quinze milhões de Reais) serão destinados, de forma conjunta e indistinta, ao investimento na aquisição ou em melhorias dos bens de capital da Emissora (CAPEX), e à recomposição de caixa da Emissora; e (II) os montantes que excederem os valores previstos no item (I) acima serão destinados, de forma conjunta e indistinta, ao financiamento do programa de expansão e investimentos da Emissora e/ou ao reforço da estrutura de capital da Companhia.

3.8. Imunidade de Debenturistas

3.8.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis de antecedência em relação à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

CLÁUSULA QUARTA - DA COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO E DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Colocação e Procedimento de Distribuição

4.1.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação, com a intermediação do Banco Itaú BBA S.A., instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.400, 3º ao 8º, 11º e 12º andares, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 17.298.092/0001-30 ("Coordenador Líder"), sob o regime de garantia firme e de melhores esforços de colocação, nos termos do "Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme e de Melhores Esforços de Colocação, da 1ª (primeira) Emissão da Mega Energia Locação e Administração de Bens S.A.", a ser celebrado entre a Emissora e o Coordenador Líder ("Contrato de Distribuição").

4.1.1.1. O Coordenador Líder estruturará a Oferta Restrita, prestando garantia firme, nos termos e sujeito às condições do Contrato de Distribuição, para o montante total da Emissão de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), desde que atendidas as condições do Contrato de



Distribuição. O volume adicional da Emissão de até R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) será colocado em regime de melhores esforços, também nos termos e sujeito às condições do Contrato de Distribuição.

4.1.2. A Oferta Restrita será realizada em observância ao plano de distribuição previamente acordado entre a Emissora e o Coordenador Líder, conforme estabelecido neste item 4.1. e no Contrato de Distribuição.

4.1.3. O plano de distribuição seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 ("Plano de Distribuição"). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados.

4.1.4. A Oferta Restrita terá como público-alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução da CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada, observado ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").

4.1.4.1. Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Oferta Restrita descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados; e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Oferta Restrita, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

4.1.5. A Emissão e a Oferta Restrita não poderão ter seu valor e quantidade aumentados em nenhuma hipótese.

4.1.6. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição descrito nesta Cláusula Quarta.

4.1.7. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outras declarações, estar ciente de que: (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; e (ii) as Debêntures estão sujeitas às restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável ("Declaração de Investidor Qualificado").

4.1.8. Não será concedido qualquer tipo de desconto pelo Coordenador Líder aos Investidores Qualificados interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Oferta Restrita, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.



4.1.9. Não haverá preferência para subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Emissora, seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges ou de quaisquer outras partes relacionadas.

4.2. Data de Emissão das Debêntures

4.2.1. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 27 de setembro de 2013 ("Data de Emissão").

4.3. Valor Nominal Unitário das Debêntures e Atualização do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures será, na Data de Emissão, de R\$10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.3.2. O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será corrigido ou atualizado monetariamente por qualquer índice.

4.4. Forma, Conversibilidade e Comprovação da Titularidade das Debêntures

4.4.1. As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Emissora. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem a emissão de certificados ou cautelas.

4.4.2. Para todos os fins e efeitos legais, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela Escriturador Mandatário, na qualidade de instituição financeira responsável pela escrituração das Debêntures. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente no Cetip21.

4.5. Espécie

4.5.1. As Debêntures serão da espécie com garantia real e contarão com garantia adicional fidejussória, nos termos do item 4.17 abaixo.

4.6. Preço de Subscrição e Forma de Integralização



10

4.6.1. O preço de subscrição das Debêntures será seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração desde a Data de Emissão, considerando-se 2 (duas) casas decimais, sem arredondamento ("Preço de Subscrição").

4.6.2. As Debêntures serão integralizadas, à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo Preço de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação e procedimentos estabelecidos pela CETIP.

4.7. Prazo de Vigência e Data de Vencimento

4.7.1. As Debêntures terão prazo de vigência de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 27 de setembro de 2018 ("Data de Vencimento").

4.8. Amortização

4.8.1. O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado, a partir do 19º (décimo nono) mês contado da Data de Emissão, inclusive, em 42 (quarenta e duas) parcelas mensais iguais e consecutivas, sendo devida a primeira parcela no dia 27 de abril de 2015 e as demais nas datas indicadas na tabela abaixo (cada data de amortização das Debêntures, uma "Data de Amortização das Debêntures"):

	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PROPORÇÃO DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES
1	27/05/2015	2,3810%
2	27/06/2015	2,3810%
3	27/07/2015	2,3810%
4	27/08/2015	2,3810%
5	27/09/2015	2,3810%
6	27/10/2015	2,3810%
7	27/11/2015	2,3810%
8	27/12/2015	2,3810%
9	27/01/2016	2,3810%
10	27/02/2016	2,3810%
11	27/03/2016	2,3810%
12	27/04/2016	2,3810%
13	27/05/2016	2,3810%
14	27/06/2016	2,3810%
15	27/07/2016	2,3810%
16	27/08/2016	2,3810%



	DATA DE AMORTIZAÇÃO	PROPORÇÃO DE AMORTIZAÇÃO DAS DEBÊNTURES
17	27/09/2016	2,3810%
18	27/10/2016	2,3810%
19	27/11/2016	2,3810%
20	27/12/2016	2,3810%
21	27/01/2017	2,3810%
22	27/02/2017	2,3810%
23	27/03/2017	2,3810%
24	27/04/2017	2,3810%
25	27/05/2017	2,3810%
26	27/06/2017	2,3810%
27	27/07/2017	2,3810%
28	27/08/2017	2,3810%
29	27/09/2017	2,3810%
30	27/10/2017	2,3810%
31	27/11/2017	2,3810%
32	27/12/2017	2,3810%
33	27/01/2018	2,3810%
34	27/02/2018	2,3810%
35	27/03/2018	2,3810%
36	27/04/2018	2,3810%
37	27/05/2018	2,3810%
38	27/06/2018	2,3810%
39	27/07/2018	2,3810%
40	27/08/2018	2,3810%
41	27/09/2018	Saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures

4.9. Remuneração

4.9.1. Sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, *over extra grupo*, denominada "Taxa DI over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP ("Taxa DI"), no informativo diário disponível em sua página na internet (<http://www.cetip.com.br>), acrescida de uma sobretaxa de 4,50% (quatro inteiros e cinco décimos por cento) expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A



Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, desde a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, de acordo com a fórmula abaixo:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J valor unitário da Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais sem arredondamento, devido no final de cada Período de Capitalização;

VNe Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread, \text{ onde}$$

Fator DI Produtório das Taxas DI, com uso do percentual aplicado, da data de início do Período de Capitalização, inclusive, até o término do Período de Capitalização, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{i=1}^{n} [1 + (TDI_i)]$$

onde:

k número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até n;

n número total de Taxas DI, considerados em cada Período de Capitalização, sendo "n" um número inteiro;

TDI_k Taxa DI over de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurada da seguinte forma:



$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

DI_k Taxa DI, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) Dia Útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread Sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde:

Spread ou sobretaxa = 4,5000, informado com quatro casas decimais;

$n =$ número de Dias Úteis entre a Data de Emissão ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

- Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- Se os fatores diários estiverem acumulados, considerar-se-á o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- o fator resultante da expressão (Fator DI x Fator Spread) é considerado com 9 (nove) casas decimais com arredondamento; e
- Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

4.9.2. O período de capitalização da Remuneração é, para o primeiro período de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão e termina na primeira Data de Pagamento da Remuneração e, para os demais períodos de capitalização, o intervalo de tempo que se inicia



na Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior e termina na Data de Pagamento da Remuneração subsequente ("Período de Capitalização"). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.9.3. No caso de indisponibilidade temporária, ausência da apuração e/ou divulgação e/ou limitação da Taxa DI e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.4. Na ausência da apuração, divulgação e/ou limitação da Taxa DI por prazo superior a 5 (cinco) Dias Úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação e/ou em caso de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial da Taxa DI, será convocada, pelo Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomar conhecimento de qualquer dos referidos eventos ou da data em que tais eventos se tornarem públicos, Assembleia Geral de Debenturistas, para deliberação pelos Debenturistas, de comum acordo com a Emissora, do novo parâmetro de remuneração das Debêntures, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração.

4.9.4.1. A Assembleia Geral de Debenturistas referida no item 4.9.4. acima deverá ser realizada dentro do prazo de 15 (quinze) dias contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas em primeira convocação, no prazo de 8 (oito) dias contados da publicação do edital de segunda convocação.

4.9.4.2. Caso não haja acordo sobre a nova taxa de juros referencial da Remuneração entre a Emissora e Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, a Emissora deverá adquirir a totalidade das Debêntures em Circulação, no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos contados da data de encerramento da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas ou em outro prazo que venha a ser definido na referida assembleia, pelo seu Valor Nominal Unitário, ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração devida até a data da efetiva aquisição, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, o que ocorrer por último. As Debêntures adquiridas nos termos deste item serão canceladas pela Emissora. Para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem adquiridas nos termos deste item, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.9.4.3. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada a qualquer momento antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas de que trata o item 4.9.4. acima, referida Assembleia Geral de



Debenturistas não será realizada e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, sendo certo que até a data de divulgação da Taxa DI nos termos deste item 4.9.4.3., a última Taxa DI divulgada será utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura de Emissão.

4.9.5. A Remuneração será devida a partir da Data de Emissão em parcelas mensais (cada data de pagamento de Remuneração, uma "Data de Pagamento da Remuneração"), ocorrendo o primeiro pagamento em 27 de outubro de 2013 e o último na Data de Vencimento da Emissão.

4.9.5.1. Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes à Data de Pagamento da Remuneração, Data de Amortização das Debêntures ou Data de Vencimento (em conjunto, as "Datas de Pagamento") até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, caso uma Data de Pagamento não seja um Dia Útil, de acordo com o estabelecido no item 4.19. abaixo.

4.9.6. Farão jus aos eventos previstos nesta Escritura de Emissão aqueles que sejam titulares de Debêntures em Circulação ao final do Dia Útil imediatamente anterior a cada Data de Pagamento.

4.9.7. A Garantidora desde já concorda com o disposto nos itens 4.9.3 e 4.9.4. acima, declarando que o ali disposto não importará em novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a P fiança (conforme abaixo definido) válida e em pleno vigor.

4.10. Resgate Antecipado

4.10.1. A Emissora poderá, observados os termos e condições estabelecidos nesta Escritura de Emissão, a seu exclusivo critério e a qualquer momento a partir do 13º (décimo terceiro) mês contado da Data de Emissão, inclusive, ou seja, a partir de 27 de setembro de 2014, realizar o resgate antecipado total ou parcial das Debêntures em Circulação, observado o artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações ("Resgate Antecipado"). O Resgate Antecipado será operacionalizado da seguinte forma:

- (i) o Resgate Antecipado somente poderá ocorrer mediante publicação de comunicação dirigida aos Debenturistas, respeitado o disposto no artigo 13 da Instrução CVM 476, com cópia para o Agente Fiduciário, a ser divulgada nos termos do item 4.20. desta Escritura de Emissão ("Comunicação de Resgate") com antecedência mínima de 10 (dez) dias corridos da data de sua efetivação ("Data de Resgate Antecipado"). A Data de Resgate Antecipado deverá, obrigatoriamente, ser um Dia Útil. Para todos os fins de direito, a CETIP deverá



ser comunicada acerca do Resgate Antecipado, por meio de correspondência a ser encaminhada pela Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, com, no mínimo, 2 (dois) Dias Úteis de antecedência. Adicionalmente, a Comunicação de Resgate deverá ser enviada ao Banco Liquidante, com antecedência mínima de 1 (um) Dia Útil da Data de Resgate Antecipado;

- (ii) na Comunicação de Resgate deverá constar: (a) a Data de Resgate Antecipado; (b) a menção de que o valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado será calculado nos termos do subitem (iii) abaixo; (c) se o resgate Antecipado será total ou parcial e, neste último caso, qual o número de Debêntures que deverão ser resgatadas; e (d) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização do Resgate Antecipado;
- (iii) a título de Resgate Antecipado, os Debenturistas farão jus ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures não amortizado acrescido (a) da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, (b) dos demais encargos devidos e não pagos até a Data de Resgate Antecipado, e (c) de um prêmio de resgate antecipado ("Prêmio de Resgate Antecipado"), calculado sobre o saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração devida e não paga até a Data de Resgate Antecipado, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, sendo que referido percentual será variável de acordo com o mês de realização do Resgate Antecipado, da seguinte forma:

Período do Resgate Antecipado	Percentual do Prêmio
Do 13º (décimo terceiro), inclusive até o 24º (vigésimo quarto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	3,75% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento)
Do 25º (vigésimo quinto), inclusive, até o 36º (trigésimo sexto) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	2,25% (dois inteiros e vinte e cinco centésimos por cento)
Do 37º (trigésimo sétimo), inclusive, até o 48º (quadragésimo oitavo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento)
Do 49º (quadragésimo nono), inclusive, até o 60º (sexagésimo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão	0,75% (setenta e cinco centésimos por cento)



Emissão	
---------	--

- (iv) o pagamento do valor a ser resgatado deverá ser realizado pela Emissora na Data do Resgate Antecipado, sendo certo que todas as Debêntures objeto do resgate serão liquidadas em uma única data;
- (v) na hipótese de Resgate Antecipado parcial das Debêntures, será realizado sorteio, a ser coordenado pelo Agente Fiduciário, nos termos do artigo 55, § 1º, da Lei nº 6.404/76 e demais normas aplicáveis e com divulgação nos termos desta Escritura, inclusive no que concerne às suas regras. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21, a operacionalização do resgate antecipado parcial dar-se-á através de procedimento operacional da CETIP. Não obstante, todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP.

4.10.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente no Cetip21, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP. A CETIP deverá ser comunicada da realização do Resgate Antecipado, através de correspondência da Emissora com o de acordo do Agente Fiduciário, em até 2 (dois) Dias Úteis de antecedência.

4.10.3. Os valores relativos ao Prêmio de Resgate Antecipado serão devidos aos respectivos Debenturistas e serão pagos simultaneamente ao pagamento do Resgate Antecipado.

4.10.4. Fica desde já certo e ajustado que qualquer Resgate Antecipado parcial estará limitado a, no máximo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures em Circulação.

4.10.5. As Debêntures objeto de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Emissora, observada a regulamentação em vigor.

4.11. Repactuação

4.11.1. As Debêntures não serão objeto de repactuação.

4.12. Aditamento à Presente Escritura de Emissão

4.12.1. Quaisquer aditamentos a esta Escritura de Emissão deverão ser firmados pela Emissora, pelo Agente Fiduciário e pela Garantidora, após aprovação em Assembleia Geral de



Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, e posteriormente arquivados na JUCERJA nos termos do item 2.3 acima.

4.13. Vencimento Antecipado

4.13.1. Observado o disposto nos itens abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar, assim que tiver ciência dos eventos, antecipada e automaticamente vencidas todas as obrigações da Emissora constantes desta Escritura de Emissão e exigirá dela o imediato pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário não amortizado, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, até a data do seu efetivo pagamento, além dos encargos moratórios, se houver, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, independentemente de aviso ou notificação, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipótese de Vencimento Antecipado Automático"):

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado em até 1 (um) Dia Útil contado da data do respectivo inadimplemento, exceto se outro prazo tiver sido estabelecido;
- b. pedido de falência formulado por terceiros em face da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas, conforme definido abaixo, e não devidamente elidido no prazo legal;
- c. pedido de auto-falência formulado pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas;
- d. liquidação, dissolução, extinção, insolvência, decretação de falência, ou evento análogo que venha a ser criado pela legislação falimentar em substituição ou complementação a estes institutos, da Emissora, da Garantidora e/ou de qualquer de suas controladas;
- e. se a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas propor plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano; ou se a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas ingressar em juízo com requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;



23

- f. transformação da Emissora ou da Garantidora em sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- g. vencimento antecipado de obrigações pecuniárias de natureza financeira em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a que estejam sujeitas a Emissora e/ou a Garantidora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora e/ou pela Garantidora por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em qualquer valor;
- h. não cumprimento de qualquer ordem de execução por quantia certa, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), oriunda de sentença arbitral definitiva ou sentença judicial transitada em julgado, de natureza condenatória, contra a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas, no prazo estipulado para pagamento;
- i. distribuição, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, acima do mínimo obrigatório, caso a Emissora e/ou a Garantidora estejam inadimplentes com qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures;
- j. redução do capital social da Emissora e/ou da Garantidora, sem que haja anuência prévia dos titulares das Debêntures, manifestada em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- k. transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora e/ou pela Garantidora, das obrigações a serem assumidas nesta Escritura de Emissão, ou das obrigações assumidas nos Contratos de Garantia, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim;
- l. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou pelos Garantidores, de qualquer obrigação prevista nos Contratos de Garantia, não sanadas nos respectivos prazos de cura, conforme aplicável; e/ou
- m. caso a Fiança: (i) tenha sua validade ou exequibilidade questionada judicialmente, pela Emissora e/ou pela Garantidora, (ii) não seja devidamente constituída e formalizada, nos termos do item 4.17. abaixo, (iii) seja anulada, ou (iv) de qualquer forma, deixe de existir ou seja rescindida, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, exceto caso venha a ocorrer a incorporação da Garantidora pela Emissora;



ra, caso em que a Fiança deixará de existir sem que seja caracterizada qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado.

4.13.2. O Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 2 (dois) Dias Úteis da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, a Assembleia Geral de Debenturistas, visando deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o quorum específico estabelecido no item 4.13.3. abaixo, na ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses ("Hipóteses de Vencimento Antecipado não Automático") e, em conjunto com as Hipóteses de Vencimento Antecipado Automático, "Hipóteses de Vencimento Antecipado"):

- a. descumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, não sanada em até 15 (quinze) Dias Úteis contados da data do respectivo inadimplemento, exceto se outro prazo tiver sido estabelecido;
- b. vencimento antecipado de quaisquer obrigações pecuniárias de natureza não financeira a que esteja sujeita a Emissora, a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas, assim entendidas aquelas que não decorram de dívidas contraídas pela Emissora, pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais);
- c. cisão, fusão ou incorporação, inclusive incorporação de ações, da Emissora ou da Garantidora, exceto (i) pela conferência de ações de emissão da Garantidora na Emissora; (ii) por eventual incorporação da Garantidora pela Emissora; ou (iii) caso referida cisão, fusão ou incorporação da Emissora seja aprovada previamente pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim, observado o disposto no item (f) desta Cláusula 4.13.2 e no artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações;
- d. descumprimento pela Emissora da manutenção dos índices financeiros nos limites abaixo estabelecidos nas datas das suas respectivas apurações semestrais, observado que a primeira verificação será feita com base nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2013 ("Índices Financeiros"):

- (i) O índice obtido da divisão da Dívida Líquida pelo EBITDA não deverá ser maior ou igual a 3,0 (três inteiros).



onde:

"Dívida Líquida" é o somatório de empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias, títulos emitidos no mercado internacional de curto e longo prazos e dívidas da Emissora com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, consórcios com bens já contemplados, garantias prestadas em favor de terceiros, seja por meio de fiança, aval ou outras espécies de garantia pessoal, e qualquer outra dívida onerosa, subtraído das disponibilidades de saldo de caixa e aplicações financeiras, com base em suas últimas demonstrações financeiras consolidadas divulgadas.

"EBITDA" significa o lucro operacional da Emissora, acrescido de imposto de renda e contribuição social, receitas e despesas financeiras, receitas e despesas não operacionais, depreciação, amortização e *leasing*, despesa de atualização de dívidas tributárias e resultado de equivalência patrimonial referente aos últimos doze meses findos no período de referência.

- (ii) O índice obtido da divisão do EBITDA pelas Despesas Financeiras Líquidas não deverá ser inferior a 2,5 (dois inteiros e cinco décimos), por dois semestres consecutivos.

onde:

"Despesas Financeiras Líquidas" significa o saldo da diferença entre a despesa financeira com juros de empréstimos e financiamentos bruta consolidada e a receita financeira bruta consolidada, referente aos últimos doze meses findos no período de referência, observado que referido valor deverá ser sempre positivo, ou, quando negativo, deverá ser considerado como 0 (zero).

- e. protestos de títulos contra a Emissora ou contra a Garantidora, cujo valor unitário ou agregado ultrapasse R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), salvo (1) se o protesto tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora ou pela Garantidora, conforme aplicável, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis, ou (2) se o protesto for cancelado ou sustado, ou (3) se tiver sido apresentada garantia em juízo, aceita pelo Poder Judiciário;



- f. ingresso de novos acionistas, inclusive por meio de troca de ações, que venham a deter, em conjunto, mais de três votos nas Reuniões Prévias, excetuados os Garantidores e os novos acionistas que tenham sido, a pedido da Emissora, objeto de aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas na forma da Clausula Sétima abaixo, aprovação essa que poderá ser dada conjunta ou individualmente para cada novo acionista, ou caso qualquer dos Garantidores deixe de possuir direito de voto nas Reuniões Prévias, ou alienação do controle acionário direto da Garantidora, exceto se tal alienação decorrer da conferência de ações de emissão da Garantidora na Emissora, ou se houver anuência prévia dos Debenturistas com relação à referida alienação. Para os efeitos deste item (f), "Reunião Prévia" significa a reunião prévia às assembleias gerais da Emissora, conforme definida no acordo de acionistas da Emissora, celebrado em 14 de setembro de 2012, e, após a celebração do novo acordo de acionistas da Emissora entre os Garantidores, conforme definida neste último acordo, conforme aditado de tempos em tempos;
- g. comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência material de qualquer declaração feita pela Emissora ou pela Garantidora nesta Escritura de Emissão e/ou por qualquer dos Garantidores nos respectivos Contratos de Garantia, que cause um Efeito Material Adverso, conforme definido abaixo;
- h. alienação de quaisquer ativos pela Emissora ou pela Garantidora; ou desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora ou da Garantidora, conforme aplicável, que, individual ou conjuntamente, em qualquer destes casos, representem 20% (vinte por cento) do ativo total da Emissora ou da Garantidora, conforme aplicável, apurado em suas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, ressalvadas as hipóteses de alienação de ativos da Emissora ou da Garantidora, cujos recursos deverão ser utilizados exclusivamente para aquisição de outros ativos que serão utilizados para renovações de sua frota e de seus equipamentos;
- i. arresto, sequestro ou penhora de bens da Emissora ou da Garantidora, em valor igual ou superior, em montante individual ou agregado, a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais), exceto se a Emissora ou a Garantidora, conforme aplicável, comprovar, em até 10 (dez) Dias Úteis da determinação da respectiva medida, ter obtido decisão judicial com efeito suspensivo suspendendo a respectiva medida;



- j. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão das autorizações, subvenções, alvarás ou licenças, inclusive as ambientais, que afetem o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou por qualquer de suas controladas, exceto se, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis a contar da data de tal não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão, a Emissora e/ou a Garantidora e/ou qualquer de suas controladas, conforme aplicável, comprove a existência de provimento jurisdicional autorizando a regular continuidade das atividades até a renovação ou obtenção da referida licença ou autorização;
- k. na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Oferta Restrita, inclusive os Contratos de Garantia, tornarem-se comprovadamente inexequíveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável ou nos termos de decisão judicial transitada em julgado; e/ou
- l. inadimplemento, observados os prazos de cura estabelecidos nos respectivos contratos, conforme aplicável, do pagamento de obrigações pecuniárias de natureza financeira em valor individual ou agregado, igual ou superior a R\$ 3.000.000,00 (três milhões de reais) a que esteja sujeita a Emissora ou a Garantidora, assim entendidas as dívidas contraídas pela Emissora ou pela Garantidora, conforme aplicável, por meio de operações no mercado financeiro ou de capitais, local ou internacional, em qualquer valor.
- m. caso a Emissora e/ou a Garantidora alienem, vendam, comprometam-se a vender, ceder, transferir, emprestar, locar, instituir usufruto ou fideicomisso, ou por qualquer outra forma dispor de quaisquer direitos creditórios de sua titularidade, oriundos de contratos com prazo superior a três meses, com terceiros, ou sobre eles constituam qualquer ônus, gravame ou direito real de garantia ou disponham, de qualquer forma, total ou parcial, direta ou indiretamente, a título gratuito ou oneroso, de tais direitos creditórios, sem a prévia anuência dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para este fim. Para fins de evitar quaisquer dúvidas, não serão consideradas para fins deste item quaisquer cessões de recebíveis (i) já realizadas pela Emissora e/ou pela Garantidora até a presente data ou (ii) ainda que não efetivamente formalizadas, cuja a obrigação de cessão de recebíveis já tenha sido assumida de maneira irrevogável pela Emissora e/ou pela Garantidora até a presente data.

4.13.3. Se, nas Assembleias Gerais de Debenturistas referidas no item 4.13.2. acima, os Debenturistas detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em



28

Circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado de tais Debêntures.

4.13.3.1. Na hipótese (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada no item 4.13.2 acima por falta de quorum, mesmo após segunda convocação, ou (ii) de não ser alcançado o quorum mínimo para deliberação acerca da não declaração de vencimento antecipado, conforme estabelecido no item 4.13.3 acima, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures, mediante imediato envio de notificação à Emissora neste sentido.

4.13.4. Em caso de vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se aos pagamentos previstos no item 4.13.1. acima, além dos demais encargos devidos nos termos desta Escritura de Emissão, em até 10 (dez) Dias Úteis contados da declaração do vencimento antecipado pelo Agente Fiduciário.

4.13.5. Os valores citados nos itens 4.13.1 e 4.13.2 acima, respectivamente, serão reajustados anualmente pela variação acumulada do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M publicado pela Fundação Getúlio Vargas - FGV ("IGP-M"), ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, calculadas *pro rata die*, se necessário.

4.14. Multa e Juros Moratórios

4.14.1. Sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora e/ou pela Garantidora de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora e/ou pela Garantidora, incluindo, sem limitação, o pagamento da Remuneração, ficarão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sujeitos a (i) multa convencional, irredutível e não compensatória, de 2% (dois por cento) sobre o valor devido e não pago; e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês sobre o montante devido e não pago, calculados *pro rata temporis* desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; além das despesas incorridas para cobrança de referidos montantes.

4.15. Decadência dos Direitos aos Acréscimos

4.15.1. Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.14 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer remuneração adicional e/ou encargos moratórios no

28



período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.16. Garantias

4.16.1. As obrigações assumidas pela Emissora com relação às Debêntures, conforme estabelecidas nesta Escritura de Emissão, contarão com as garantias abaixo descritas:

- (i) alienação fiduciária: (a) das ações de emissão da Companhia, de titularidade de GN da Barra Empreendimentos e Participações Ltda. ("GN Barra"), da Hankoe Fundo de Investimento em Participações ("Hankoe") e de João Carlos de Castro Rosas ("João Carlos"), correspondentes, nesta data, em agregado, a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social total da Companhia, e (b) das ações de emissão da Transreta, de titularidade da FN17 Participações Ltda. ("FN17") e, em conjunto com GN Barra, Hankoe e João Carlos, doravante denominados, em conjunto, os "Garantidores" ou, individual e indistintamente, "Garantidor"), correspondentes, nesta data, a 51% (cinquenta e um por cento) do capital social total da Transreta; a alienação fiduciária das ações da Companhia e a alienação fiduciária das ações da Transreta, conforme aqui previsto, serão constituídas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária de Ações"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Alienação Fiduciária em Garantia de Ações e Outras Avenças" ("Contrato de Alienação Fiduciária de Ações"); e
- (ii) cessão fiduciária de: (a) determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Companhia, bem como determinados direitos creditórios principais e acessórios, presentes e futuros, de titularidade da Transreta, todos decorrentes de contratos de prestação de serviços/locação de equipamentos, celebrados entre a Companhia e determinados clientes da Companhia ou entre a Transreta e determinados clientes da Transreta, na forma do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis ("Direitos Creditórios"), e (b) da totalidade dos créditos bancários de titularidade da Companhia, bem como a totalidade dos créditos bancários de titularidade da Transreta, em ambos os casos depositados ou a serem depositados e mantidos em duas contas vinculadas, uma de titularidade da Companhia e outra de titularidade da Transreta, não movimentáveis por qualquer destas ("Contas Vinculadas"), independentemente do processo em que se encontrem, inclusive enquanto estiverem pendentes em virtude de processo de compensação bancária ("Créditos Bancários"); as cessões fiduciárias dos Direitos Creditórios e as cessões fiduciárias dos Créditos Bancários, conforme aqui previsto, serão constituídas em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fi-

duciário ("Cessão Fiduciária de Recebíveis" e, em conjunto com a Alienação Fiduciária de Ações, as "Garantias Reais"), em conformidade com os termos e condições do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças" ("Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis" e, em conjunto com o Contrato de Alienação Fiduciária de Ações, os "Contratos de Garantia").

4.17. Fiança da Garantidora

4.17.1. Em garantia do correto, fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações principais e acessórias da Emissora assumidas perante os Debenturistas no âmbito desta Escritura de Emissão, dos Contratos de Garantia, e dos demais documentos relacionados à Emissão decorrente desta Escritura de Emissão, conforme prorrogados, alterados e/ou aditados de tempos em tempos, incluindo, sem limitação, os valores devidos com relação às Debêntures a título de principal e Remuneração, todos os encargos moratórios, multas decorrentes de eventual atraso, pela Emissora, no cumprimento de suas obrigações pecuniárias relacionadas às Debêntures e todos os eventuais tributos, despesas e custos devidos pela Emissora com relação às Debêntures, incluindo, gastos com honorários advocatícios, depósitos, verbas indenizatórias, custas e taxas judiciais ou extrajudiciais ("Obrigações Garantidas"), a Garantidora presta, neste ato, fiança em favor dos Debenturistas ("Fiança"), representados pelo Agente Fiduciário, obrigando-se como fiadora e principal pagadora, solidariamente responsável com a Emissora, pelo pagamento de todos os valores devidos nos termos desta Escritura de Emissão, até o pagamento integral e final das Obrigações Garantidas.

4.17.1.1. As obrigações da Garantidora aqui assumidas não serão afetadas por atos ou omissões que possam exonerá-la de suas obrigações ou afetá-la, incluindo, sem limitação, em razão de: (a) qualquer extensão de prazo ou acordo entre a Emissora e os Debenturistas; (b) qualquer novação ou não exercício de qualquer direito dos Debenturistas contra a Emissora; e (c) qualquer limitação ou incapacidade da Emissora, inclusive seu pedido de recuperação extrajudicial, pedido de recuperação judicial ou falência.

4.17.2. O valor das Obrigações Garantidas devido e não pago pela Emissora será pago pela Garantidora no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data de recebimento de comunicação por escrito enviada à Garantidora pelo Agente Fiduciário informando o não pagamento das Obrigações Garantidas pela Emissora nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão e solicitando à Garantidora o pagamento do valor relativo às Obrigações Garantidas. Os pagamentos serão realizados pela Garantidora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão.



4.17.2.1. O pagamento citado na Cláusula 4.17.2 acima deverá ser realizado pela Garantidora fora do âmbito da CETIP e de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

4.17.3. Observado o disposto no item 4.17.2. acima, a Garantidora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 824, 827, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839, da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Código Civil Brasileiro"), e nos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme alterada ("Código de Processo Civil"). Todo e qualquer pagamento realizado pela Garantidora em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais.

4.17.4.1. Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pela Garantidora com o objetivo de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

4.17.4. A Garantidora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a Fiança objeto deste item, até o limite da parcela da dívida efetivamente por ela honrada, sendo certo que a Garantidora somente poderá realizar a cobrança de qualquer valor que lhe seja devido pela Emissora após o pagamento integral das Obrigações Garantidas.

4.17.5. A presente Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas. Fica desde já certo e ajustado que a não observância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas não ensejará, sob hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

4.17.6. A presente Escritura de Emissão será registrada nos competentes Cartórios de Registro de Títulos e Documentos, nos termos da Cláusula 2.7.1 acima.

4.17.7. A presente Fiança se extinguirá, de pleno direito e sem necessidade de aprovação prévia ou posterior de qualquer dos Debenturistas, na hipótese de a Transreta vir a ser incorporada pela Emissora, operação esta que está desde já expressamente aprovada pelos Debenturistas. Nesta hipótese, as Partes deverão celebrar aditamento à presente Escritura de Emissão, dispensada a aprovação prévia pela Assembleia Geral de Debenturistas, de modo a formalizar a extinção da Fiança.

4.18. Local de Pagamento



4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; c/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador Mandatário, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP.

4.19. Prorrogação dos Prazos

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, até o primeiro Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Portanto, para os demais fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado nacional.

4.20. Publicidade

4.20.1. Todos os atos e decisões decorrentes da Emissão que, de qualquer forma, vierem a envolver interesses dos Debenturistas, deverão ser veiculados, nos termos da Instrução CVM 476, no Valor Econômico e no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://www.megaenergy.com.br>) observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta Restrita e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar o Agente Fiduciário a respeito de qualquer publicação na data da sua realização. A publicação do referido aviso aos Debenturistas poderá ser substituída por correspondência registrada entregue a todos os Debenturistas e ao Agente Fiduciário.

4.21. Aquisição Facultativa

4.21.1. Nos termos do artigo 55, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações, é facultado à Emissora adquirir Debêntures de sua emissão: (i) por valor igual ou inferior ao Valor Nominal Unitário, desde que tal fato conste do relatório da administração e de suas demonstrações financeiras; ou (ii) por valor superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observe as regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, observado o disposto nos artigos 13 a 15 da Instrução CVM 476, conforme aplicável. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em Circulação.



4.22. Liquidez e Estabilização

4.22.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.23. Fundo de Amortização

4.23.1. Não será constituído fundo de amortização para a presente Emissão.

4.24. Classificação de Risco

4.24.1. A classificação de risco das Debêntures será realizada por uma das seguintes agências de classificação de risco: (a) Standard & Poor's, (b) Moody's ou (c) Fitch Ratings, que deverá atribuir *rating* às Debêntures ("Agência de Classificação de Risco"), observado o disposto na Cláusula 5.1, alínea (a) abaixo.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

5.1. Sem prejuízo do disposto na regulamentação aplicável, a Emissora está obrigada a:

(a) Fornecer ao Agente Fiduciário:

- (i) em até 90 (noventa) dias da data do encerramento de cada exercício social, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, contendo a memória de cálculo explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, estabelecidos no item 4.13.2 (d) acima, devidamente calculado pela Emissora, acompanhadas de relatório demonstrando sua apuração, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário dos Índices Financeiros; (b) declaração da Emissora e dos Garantidores, atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão pela Emissora e pelos Garantidores; e (c) cópia atualizada do organograma da Emissora, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Emissora, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social; podendo o Agente Fiduciário solicitar à



Emissora e/ou aos seus auditores independentes todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

(ii) em até 45 (quarenta e cinco) dias da data do encerramento do segundo trimestre de cada ano, a partir do ano de 2014, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas aos últimos 4 trimestres, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, conforme aplicável, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos Índices Financeiros, estabelecidos no item 4.13.2 (d) acima, devidamente calculado pela Emissora acompanhadas de relatório demonstrando sua apuração, sob pena de impossibilidade de acompanhamento pelo Agente Fiduciário dos Índices Financeiros;

(iii) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Emissora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas; e

(iv) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;

(v) documentos comprobatórios atestando a utilização dos recursos captados na presente Emissão, conforme disposto na Cláusula 3.7 acima, dentro de 10 (dez) dias contados da data de sua efetiva utilização.

- (b) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Emissora, exceto (i) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em Efeito Material Adverso para as atividades da Emissora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; e (ii) caso a perda, revogação ou cancelamento das referidas licenças, concessões, autorizações ou aprovações possa resultar em um Efeito Material Adverso, se tal perda, revogação ou cancelamento seja decorrente de caso fortuito, força maior ou qualquer outro evento alheio à vontade e/ou alcance da Emissora;



- (c) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- (e) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nos itens 4.13.1. e 4.13.2. desta Escritura de Emissão;
- (f) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Emissora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam causar um Efeito Material Adverso; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Emissora não mais reflitam a real condição financeira da Emissora; ou (iii) tornem qualquer das declarações prestadas pela Emissora na presente Escritura de Emissão total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (g) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (h) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer autuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Emissora ou aos Garantidores;
- (i) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras anuais, de acordo com o art. 17 da Instrução CVM 476, sendo certo que a publicação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 deverá ser publicada e disponibilizada na página da Emissora na rede mundial de computadores (cujo endereço consta da Cláusula 4.20.1 acima) até 30 de setembro de 2013;



- (j) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (k) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente registrada na CVM;
- (l) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento de seu exercício social, e manter tais demonstrações financeiras em sua página na rede mundial de computadores pelo prazo mínimo de 3 (três) anos contados de sua disponibilização nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (m) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo art. 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- (n) contratar, às suas custas, classificação de risco das Debêntures, na forma do item 4.24.1 acima, e disponibilizar o respectivo relatório de classificação de risco, contendo o *rating* das Debêntures, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis de seu recebimento da respectiva Agência de Classificação de Risco, e, em todo caso, antes de 31 de dezembro de 2013;
- (o) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 4.13.1. e 4.13.2. acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após ter tomado conhecimento da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (p) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora ou pelos Garantidores, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (q) manter contratado durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, o Banco Liquidante, Escriturador Mandatário, a CETIP, o Agente Fiduciário e a Agência de Classificação de Risco;
- (r) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou



para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;

- (s) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão;
- (t) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (u) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (v) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (w) caso o Agente Fiduciário não o faça, convocar, nos termos da Cláusula Sétima desta Escritura de Emissão, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre quaisquer matérias que estejam direta ou indiretamente relacionadas à presente Emissão;
- (x) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- (y) enviar à CETIP: (i) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (m) e (n) acima; (ii) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) Dia Útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (iii) atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP n.º 28, de 2 de abril de 2009; e



- (2) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.2. A Garantidora está adicionalmente obrigada a:

- (a) Fornecer ao Agente Fiduciário:
- (i) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais da Garantidora que, de alguma forma, envolvam interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicadas ou, se não forem publicadas, da data em que forem realizadas; e
- (ii) informações sobre qualquer descumprimento não sanado, de natureza pecuniária ou não, de quaisquer cláusulas, termos ou condições desta Escritura de Emissão, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis, contados da data do descumprimento;
- (b) manter válidas e regulares as licenças, concessões, autorizações ou aprovações necessárias ao regular funcionamento da Garantidora, exceto (i) no que se referir a licenças, concessões ou aprovações cuja perda, revogação ou cancelamento não possa resultar em Efeito Material Adverso para as atividades da Garantidora ou para a sua capacidade em honrar as obrigações relativas às Debêntures; e (ii) caso a perda, revogação ou cancelamento das referidas licenças, concessões, autorizações ou aprovações possa resultar em um Efeito Material Adverso, se tal perda, revogação ou cancelamento seja decorrente de caso fortuito, força maior ou qualquer outro evento alheio à vontade e/ou alcance da Garantidora;
- (c) cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa sua capacidade de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;



- (d) manter seus bens adequadamente segurados, conforme práticas correntes;
- (e) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer Hipóteses de Vencimento Antecipado previstas nos itens 4.13.1. e 4.13.2. desta Escritura de Emissão;
- (f) notificar em até 1 (um) Dia Útil o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração nas condições financeiras, econômicas, comerciais, operacionais, regulatórias ou societárias ou nos negócios da Garantidora, bem como quaisquer eventos ou situações que (i) possam causar um Efeito Material Adverso; ou (ii) faça com que as demonstrações financeiras da Garantidora não mais reflitam a real condição financeira da Garantidora; ou (iii) tornem qualquer das declarações prestadas pela Garantidora na presente Escritura de Emissão total ou parcialmente inverídicas, incompletas ou incorretas;
- (g) manter-se adimplente com relação a todos os tributos, taxas e/ou contribuições decorrentes da Oferta Restrita, exceto aqueles objeto de contestação administrativa ou judicial;
- (h) prestar informações ao Agente Fiduciário, dentro do prazo de 10 (dez) Dias Úteis, sobre quaisquer atuações pelos órgãos governamentais, de caráter fiscal, ambiental ou de defesa da concorrência, entre outros, em relação à Garantidora;
- (i) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (j) encaminhar qualquer informação relevante sobre a presente Emissão que lhe venha a ser solicitada pelo Agente Fiduciário e quaisquer informações a respeito da ocorrência de qualquer dos eventos indicados nos itens 4.13.1. e 4.13.2. acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis após a cobrança feita pelo Agente Fiduciário ou após ter tomado conhecimento da ocorrência de qualquer Hipótese de Vencimento Antecipado;
- (k) encaminhar ao Agente Fiduciário cópia de qualquer correspondência ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Garantidora, relacionada às Hipóteses de Vencimento Antecipado, em prazo não superior a 2 (dois) Dias Úteis após o seu recebimento;
- (l) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário, que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou



para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida ao Debenturista nos termos desta Escritura de Emissão;

- (m) cumprir o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conama - Conselho Nacional do Meio Ambiente e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social;
- (n) observar as disposições da Instrução CVM 358, no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- (o) cumprir com todas as determinações emanadas da CVM, no que se refere à Oferta Restrita, com envio de documentos, se for o caso, prestando, ainda, todas as informações que lhes forem solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- (p) não transferir ou por qualquer forma ceder, ou prometer ceder, a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquiriu e assumiu na presente Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas, conforme Cláusula Sétima abaixo, especialmente convocada para esse fim;
- (q) não realizar operações ou praticar qualquer ato em desacordo com seu objeto social, especialmente aqueles que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão; e
- (r) comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas sempre que solicitado e convocada nos prazos previstos nesta Escritura de Emissão.

5.3. Para fins desta Escritura de Emissão, "Efeito Material Adverso" significa qualquer circunstância ou fato, atual ou contingente, alteração ou efeito sobre a Emissora, que modifique adversamente a condição econômica, financeira, operacional, jurídica ou de qualquer outra natureza, da Emissora, de modo a afetar a capacidade da Emissora de cumprir com suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Emissão.

CLÁUSULA SEXTA - DO AGENTE FIDUCIÁRIO



91

6.1. A Emissora nomeia e constitui Agente Fiduciário da Emissão, Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que, por meio deste ato, aceita a nomeação para, nos termos da lei e da presente Escritura de Emissão, representar os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara que:

- (a) aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todas suas Cláusulas e condições;
- (c) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (d) a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) não tem qualquer impedimento legal, conforme parágrafo terceiro do artigo 66, da Lei das Sociedades por Ações, para exercer a função que lhe é conferida;
- (f) não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28");
- (g) está devidamente qualificado a exercer as atividades de agente fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável e vigente;
- (h) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (i) está ciente das disposições da Circular do Banco Central do Brasil n.º 1.832, de 31 de outubro de 1990;
- (j) verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, na Data de Emissão, especialmente a regularidade da prestação das Garantias Reais, nos termos no inciso IX do artigo 12 da Instrução CVM 28, baseado nas informações prestadas pela Emissora, observado que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente quanto à veracidade das informações ora



apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo; e

- (k) a pessoa que o representa na assinatura desta Escritura de Emissão tem poderes bastantes para tanto.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou até sua efetiva substituição. Em ambos os casos, o término do exercício das funções do Agente Fiduciário será formalizado por meio de aditamento a esta Escritura de Emissão.

6.4. Serão devidos, pela Emissora ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), sendo a primeira parcela devida no 5º (quinto dia útil) contado da data de celebração desta Escritura de Emissão, e as demais, no mesmo dia dos anos subsequentes.

6.4.1. As parcelas citadas na cláusula 6.4. supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. A remuneração será devida mesmo após o vencimento final das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

6.4.2. As parcelas citadas nos itens acima, serão acrescidas dos seguintes impostos: ISS (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza), PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social), COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o IR (Imposto de Renda), nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

6.4.3. Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*.

6.4.4. O pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.



6.4.5. A remuneração não inclui despesas consideradas necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, durante a implantação e vigência do serviço, as quais serão cobertas pela Emissora, mediante pagamento das respectivas fatutas acompanhadas dos respectivos comprovantes, emitidas diretamente em nome da Emissora ou mediante reembolso, sempre que possível, após prévia aprovação, quais sejam: publicações em geral, notificações, extração de certidões, *conference calls*, contatos telefônicos, viagens, transportes, alimentação, estadias, despesas com especialistas, tais como auditoria e/ou fiscalização, entre outros, ou assessoria legal aos Debenturistas.

6.4.6. Todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente conforme previsto em Lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário, na condição de representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração do Agente Fiduciário na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar adiantamento aos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência.

6.5. Além de outros previstos em lei, em ato normativo da CVM ou nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração dos seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando para que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;



- (e) promover, às expensas da Emissora, caso esta não o faça, o registro (i) desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos na Junta Comercial competente e nos competentes Registros de Títulos e Documentos; (ii) dos Contratos de Garantia, nos competentes Registros de Títulos e Documentos, hipótese em que a Emissora deverá fornecer as informações e documentos necessários ao referido registro;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) solicitar, quando julgar necessário ao fiel desempenho de suas funções, certidões que estejam dentro do prazo de vigência dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Varas do Trabalho, Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora ou da Garantidora, bem como das demais comarcas em que a Emissora ou a Garantidora exerçam suas atividades, as quais deverão ser apresentadas em até 30 (trinta) dias corridos da data de solicitação;
- (h) solicitar, quando considerar necessário, às expensas da Emissora ou da Garantidora, e desde que justificada, auditoria extraordinária na Emissora ou na Garantidora;
- (i) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, conforme item 4.20 acima;
- (j) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (k) elaborar relatórios destinados aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, relativos aos exercícios sociais da Emissora, os quais deverão conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora e a Garantidora obrigam-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora e pela Garantidora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM;
- (l) eventual omissão ou incorreção de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou pela Garantidora ou, ainda, o



inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora ou pela Garantidora;

- (ii) alterações estatutárias da Emissora ou da Garantidora ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e da estrutura de seu capital;
 - (iv) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e pela Garantidora nesta Escritura de Emissão;
 - (v) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário da Emissão;
 - (vi) resgate, amortização e pagamento de Remuneração realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (vii) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Emissão das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (viii) relação dos bens e valores entregues ao Agente Fiduciário, compreendendo sua administração e/ou prepostos;
 - (ix) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das Garantias Reais; e
 - (x) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens I a 7, da Instrução CVM 28;
- (l) disponibilizar o relatório a que se refere a alínea anterior aos Debenturistas até o dia 30 de abril de cada ano. O relatório deverá estar disponível ao menos nos seguintes locais:
- (i) na sede da Emissora;
 - (ii) na sede do Agente Fiduciário;



- (iii) na CVM;
 - (iv) na CETIP; e
 - (v) na sede do Coordenador Líder.
- (m) publicar, às expensas da Emissora, nos órgãos de imprensa em que a Emissora deva efetuar suas publicações, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no item anterior;
- (n) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações junto ao Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora e os Debenturistas, mediante subscrição e integralização das Debêntures, expressamente autorizam, desde já, o Escriturador Mandatário, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- (o) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão e todas aquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer da Emissora e da Garantidora;
- (p) notificar os Debenturistas, individualmente ou, caso não seja possível, por meio de aviso publicado nos jornais mencionados no item 4.20 acima, acerca de qualquer inadimplemento pela Emissora ou pela Garantidora, no prazo máximo de 10 (dez) Dias Úteis corridos contados da data em que tomar ciência da ocorrência ou da data em que o evento se tornar público, o que ocorrer primeiro, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações;
- (q) calcular, diariamente, o Valor Nominal Unitário, disponibilizando-o aos Debenturistas, à Emissora e demais participantes do mercado através de sua central de atendimento e/ou através do site <http://www.pentagonotrustec.com.br>;
- (r) acompanhar com o Banco Liquidante em cada Data de Pagamento da Remuneração, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado na presente Escritura de Emissão.

6.6. O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora ou contra a Garantidora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos



Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora ou da Garantidora, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão:

- (a) declarar antecipadamente vencidas as Debêntures conforme previsto nesta Escritura e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) executar a Fiança e os Contratos de Garantia, observados os termos e condições desta Escritura de Emissão e dos respectivos Contratos de Garantia, aplicando o produto da execução na amortização ou liquidação integral das obrigações da Emissora assumidas nos termos da Escritura de Emissão;
- (c) requerer a falência da Emissora ou da Garantidora ou iniciar procedimento da mesma natureza quando aplicável;
- (d) tomar qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (e) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e/ou recuperação extrajudicial, bem como intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora ou da Garantidora.

6.6.1. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos subitens (a) a (d) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade dos titulares das Debêntures em Circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria dos titulares das Debêntures em Circulação presentes à Assembleia Geral correspondente quando tal hipótese se referir ao disposto no item (e) acima.

6.7. O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato cuja decisão seja de competência dos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas por estes. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

6.8. Sem prejuízo do dever de diligência, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora ou por terceiros a seu pedido não foram objeto de fraude ou adulteração. Adicionalmente, o Agente Fiduciário não será, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora



ou da Garantidora, os quais continuarão a ser de obrigação legal e regulamentar da Emissora e da Garantidora, nos termos da legislação aplicável.

6.9. Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, somente serão válidos quando previamente deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

6.10. Nas hipóteses de ausência ou impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, judicial ou extrajudicial, dissolução ou extinção, ou qualquer outro caso de vacância na função de agente fiduciário da Emissão, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário da Emissão, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese da convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias corridos antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a substituição, conforme definido na Cláusula Sétima, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário da Emissão. A substituição não implicará em remuneração ao novo Agente Fiduciário superior à ora avençada.

6.10.1. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

6.10.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

6.10.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, esse substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela anual devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário da Emissão. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas.



6.10.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita à comunicação prévia à CVM e ao atendimento dos requisitos previstos na Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores aplicáveis.

6.10.5. A substituição do Agente Fiduciário em caráter permanente deverá ser objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser registrado nos termos do item 4.12 acima.

6.10.5.1 O Agente Fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la aos Debenturistas em forma de aviso nos termos do item 4.19 acima.

6.10.6. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos a este respeito promulgados por atos da CVM.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia Geral de Debenturistas, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembleia Geral de Debenturistas poderá ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação ou pela CVM.

7.3. A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, conforme item 4.20 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplicar-se-á à Assembleia Geral de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, a respeito das assembleias gerais de acionistas.

7.5. A Assembleia Geral de Debenturistas deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias, contados da publicação do edital de convocação ou, caso não se verifique quorum para realização da Assembleia Geral de Debenturistas, no prazo de 8 (oito) dias, contados da nova publicação do edital de convocação.

7.6. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem, no mínimo, metade das Debêntures em Circulação, conforme definido no item 7.8 abaixo, e, em segunda convocação, com qualquer quorum.



7.6.1. A Assembleia Geral de Debenturistas convocada especificamente para deliberação acerca do ingresso de novo sócio no bloco de controle da Emissora, na forma do item 4.13.2(f) acima, instalar-se-á, em primeira e segunda convocações, com a presença de Debenturistas que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação. Caso este quorum não seja atingido nem em primeira nem em segunda convocações, a Emissora poderá realizar uma terceira convocação e, caso não seja atingido novamente o quorum de instalação acima referido, considerar-se-á o ingresso do novo sócio automaticamente aprovado, sem necessidade da efetiva realização de Assembleia Geral de Debenturistas.

7.7. Cada Debênture conferirá a seu titular o direito a um voto nas Assembleias Gerais de Debenturistas, sendo admitida a constituição de mandatários, titulares de Debêntures ou não.

7.8. Para efeito da constituição do quorum de instalação e/ou deliberação a que se refere esta Cláusula Sétima, serão consideradas "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures em circulação no mercado, excluídas as Debêntures que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam de propriedade de seus controladores ou de qualquer de suas controladas ou coligadas, bem como dos respectivos diretores ou conselheiros e respectivos cônjuges ou de quaisquer outras partes relacionadas. Para efeitos de quorum de deliberação não serão computados, ainda, os votos em branco.

7.9. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Garantidora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando formalmente solicitado pelo Agente Fiduciário, hipótese em que será obrigatória.

7.10. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

7.11. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

7.12. Exceto se estabelecido de forma diversa nesta Escritura de Emissão, as deliberações serão tomadas por Debenturistas que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente.

7.13. As seguintes deliberações relativas às características das Debêntures, dependerão da aprovação por Debenturistas que representem pelo menos 90% (noventa por cento) das Debêntures em Circulação e da concordância da Emissora, seja em primeira convocação da Assembleia Geral de Debenturistas ou em qualquer convocação subsequente: (i) a Remuneração



51

das Debêntures; (ii) as Datas de Pagamento da Remuneração; (iii) a Data de Vencimento das Debêntures; (iv) os valores e datas de amortização do principal das Debêntures; (v) as Hipóteses de Vencimento Antecipado estabelecidas nos itens 4.13.1. e 4.13.2. acima, inclusive no caso de renúncia ou perdão temporário; (vi) modificação dos quora de deliberação estabelecidos nesta Cláusula Sétima; (vii) alteração das obrigações adicionais da Emissora ou da Garantidora estabelecidas na Cláusula Quinta; (viii) alteração das obrigações do Agente Fiduciário, estabelecidas na Cláusula Sexta; ou (ix) alterações nos procedimentos aplicáveis às Assembleias Gerais de Debenturistas, estabelecidas nesta Cláusula Sétima.

7.14. As deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleias Gerais de Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quora estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido nas respectivas Assembleias Gerais de Debenturistas.

7.15. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, serão consideradas regulares as deliberações tomadas pelos Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA OITAVA – DAS DECLARAÇÕES DA EMISSORA E DA GARANTIDORA

8.1. A Emissora e a Garantidora (conforme aplicável), neste ato e, cada qual, de forma individual, declara e garante que:

- (a) é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade anônima de capital fechado de acordo com as leis brasileiras e está devidamente autorizada a conduzir os seus negócios, com plenos poderes para deter, possuir e operar seus bens;
- (b) está devidamente autorizada e obteve todas as licenças e autorizações necessárias, inclusive as societárias, à celebração desta Escritura de Emissão, à emissão das Debêntures e ao cumprimento de suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (c) os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;



- (d) tem todas as autorizações e licenças relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas válidas;
- (e) a celebração e o cumprimento de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão não infringem ou contrariam (i) qualquer contrato ou documento do qual a Emissora e/ou a Garantidora e/ou suas controladas sejam parte ou pelo qual quaisquer de seus bens e propriedades estejam vinculados, nem irá resultar em (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer destes contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou da Garantidora, exceto pelas Garantias Reais, na forma do item 4.16 acima; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) qualquer lei, decreto ou regulamento a que a Emissora e/ou a Garantidora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades estejam sujeitos; ou (iii) qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Emissora e/ou a Garantidora e/ou suas controladas ou quaisquer de seus bens e propriedades;
- (f) está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – Conama e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação referidos acima não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso. A Emissora e a Garantidora estão obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- (g) as demonstrações financeiras da Emissora e da Garantidora relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2010, 2011 e 2012 são verdadeiras, completas e corretas em todos os aspectos na data em que foram preparadas; refletem, de forma clara e precisa, a posição financeira e patrimonial, os resultados, operações e fluxos de caixa da Emissora ou da Garantidora no período, conforme aplicável;
- (h) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos no item 3.7. desta Escritura de Emissão;



- (j) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade entre a Emissora, a Garantidora, o Agente Fiduciário e o Coordenador Líder, em observância ao princípio da boa-fé;
- (i) não há qualquer ligação entre a Emissora, a Garantidora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;
- (k) nesta data, (i) está observando e cumprindo seu estatuto social ou quaisquer obrigações e/ou condições contidas em contratos, acordos, hipotecas, escrituras, empréstimos, contratos de crédito, notas promissórias, contratos de atendimento mercantil ou outros contratos ou instrumentos dos quais seja parte ou possa estar obrigada, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; (ii) está cumprindo com a legislação brasileira em vigor, exceto nos casos em que o descumprimento ou a violação ou inadimplemento referidos não possam razoavelmente acarretar um Efeito Material Adverso; e (iii) o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão e da Oferta Restrita não resultará em violação de qualquer lei aplicável, estatuto, regra, sentença, regulamentação, ordem, mandado, decreto judicial ou decisão de qualquer tribunal, nacional ou estrangeiro;
- (l) todas as informações prestadas pela Emissora ou pela Garantidora no âmbito da presente Oferta Restrita, ou concomitantemente à presente data, para fins de análise e aprovação da Emissão das Debêntures, são corretas e verdadeiras em todos os seus aspectos relevantes na data na qual referidas informações foram prestadas e não omitem qualquer fato relevante necessário para fazer com que referidas informações não sejam enganosas em referido tempo à luz das circunstâncias nas quais foram prestadas;
- (m) todas as declarações e garantias relacionadas à Emissora e à Garantidora, que constam desta Escritura de Emissão, são, na data de assinatura desta Escritura de Emissão, verdadeiras, corretas consistentes e suficientes em todos os seus aspectos relevantes;
- (n) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora e/ou pela Garantidora e/ou pelos Garantidores, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto (i) a inscrição da Escritura de Emissão, da AGE e da RCA na Junta Comercial competente; (ii) o registro das



59

Debêntures na CETIP; e (iii) o registro da Escritura de Emissão e dos Contratos de Garantia nos competentes Registros de Títulos e Documentos;

- (o) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora e da Garantidora, executível de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro; e
- (p) a Emissora tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie de sua emissão dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM.

CLÁUSULA NONA - DAS NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações, que deverão ser sempre feitos por escrito, assim como os meios físicos que contenham documentos ou comunicações, a serem enviados por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, sala 201 – Barra da Tijuca

CEP 22640-100 – Rio de Janeiro / RJ

At.: Sr. João Rosas

Telefone: (21) 2131-3000

Fac-símile: (21) 2131-3000

Correio Eletrônico: joao.rosas@megaenergy.com.br e ri@megaenergy.com.br

Para o Agente Fiduciário:

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 04, sala 514 – Barra da Tijuca

CEP 22640-102 – Rio de Janeiro / RJ

At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro (Jurídico e Estruturação) / Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice Financeiro)

Telefone: (21) 3385-4565

Fac-símile: (21) 3385-4046

Correio Eletrônico: middle@pentagonotrustec.com.br / backoffice@pentagonotrustec.com.br

Para a Garantidora:

TRANS-RETA LOGÍSTICA E LOCAÇÃO DE GUINDASTE S.A.

Avenida das Américas, nº 500, Bloco 19, sala 201 – Barra da Tijuca
CEP 22640-100 – Rio de Janeiro / RJ

At.: Sr. João Rosas

Telefone: (21) 2131-3000

Fax-símile: (21) 2131-3000

Correio Eletrônico: joao.rosas@megaenergy.com.br e ri@megaenergy.com.br

Para o Banco Liquidante

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
CEP 04344-902 – São Paulo / SP

At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petito

Telefone: 011 2797-4441

Fax-símile: 011 2797-3140

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para o Escriturador Mandatário

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo / SP

At.: Sr. Luiz Andre Negrin Petito

Telefone: 011 2797-4441

Fax-símile: 011 2797-3140

Correio Eletrônico: luiz.petito@itau-unibanco.com.br

Para a CETIP

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.663, 4º andar
CEP 01452-002 – São Paulo / SP

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Telefone: 011 3111-1596

Fax-símile: 011 3111-1564

Correio Eletrônico: gr.debentures@cetip.com.br

9.2. As comunicações referentes a esta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pelo correio, sob protocolo, ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações feitas por fax-símile e/ou e-mail serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente) seguido

de confirmação verbal por telefone. Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) Dias Úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser comunicada à outra parte pela parte que tiver seu endereço alterado.

CLÁUSULA DEZ - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou libetalidade no exercício de qualquer direito, faculdade ou remédio que caiba a qualquer uma das partes da presente Escritura de Emissão, prejudicará tais direitos, faculdades ou remédios, ou será interpretado como uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. A presente Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretroatível, salvo na hipótese de não preenchimento dos requisitos relacionados na Cláusula Segunda supra, obrigando as partes por si e seus sucessores.

10.3. Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.4. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.5. A presente Escritura de Emissão e as Debêntures constituem título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, e as obrigações nelas encerradas estão sujeitas à execução específica, de acordo com os artigos 632 e seguintes, do Código de Processo Civil.

10.6. Esta Escritura de Emissão é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.7. Exceto se previsto de outra forma nesta Escritura de Emissão, os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com a regra prescrita no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia do começo e incluído o do vencimento.



CLÁUSULA ONZE – DO FORO

11.1. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão a Emissora e o Agente Fiduciário em 4 (quatro) vias de igual forma e teor e para o mesmo fim, em conjunto com as 2 (duas) testemunhas abaixo assinadas.

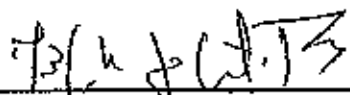
Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2013.

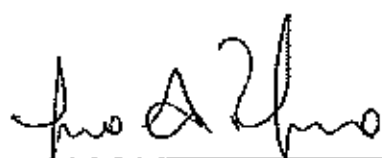
[O restante da página foi deixado intencionalmente em branco]

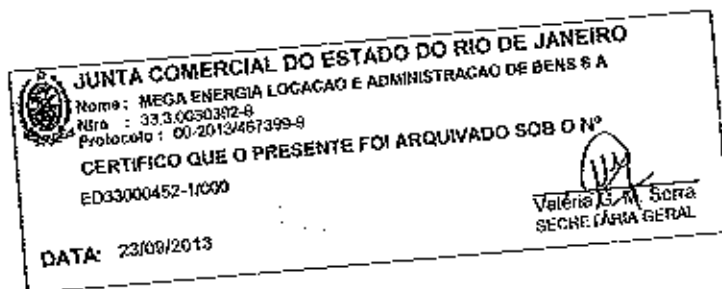
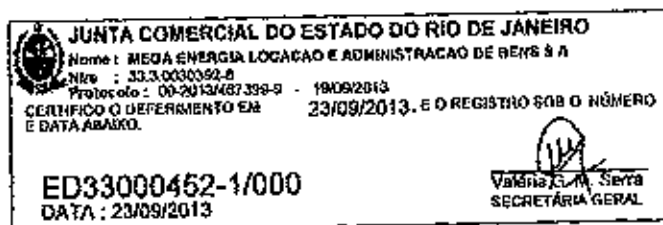


PÁGINA DE ASSINATURAS 01/03 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURAS SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDEJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESISTIDOS DE COLOCAÇÃO, DA MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.


Nome: **João Carlos de Castro Rosa**
Cargo: **Director financeiro**

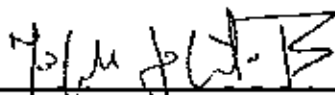

Nome: **Marcos A. P. de Azevedo**
Cargo: **Dom. Gerencial**

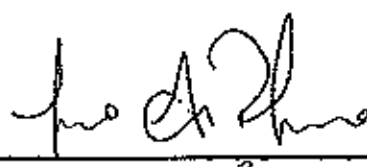




PÁGINA DE ASSINATURAS 02/03 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDELJUSSÓRIA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

TRANS-RETA LOGÍSTICA E LOCAÇÃO DE GUINDASTE S.A.


Nome: José Carlos de Castro Rosa
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Manoel A. P. Maciano
Cargo: Dir. Administrativo





PÁGINA DE ASSINATURAS 03/03 DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA 1ª (PRIMEIRA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA ADICIONAL FIDELISSÍMA, EM SÉRIE ÚNICA, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA MEGA ENERGIA LOCAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO DE BENS S.A.

PENTAGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Nome: **Pedro Silva**
Cargo: **Procurador**

Testemunhas:

Karolena Ungerlotti
Nome: **Karolena Gonçalves**
CPF: **Ungerlotti**
146.517.137-96

Gabriel Pinheiro
Nome: **GABRIEL DA SILVA PINHEIRO**
CPF: **125.204.667-74**